

Sumário

Capítulo 1 Introdução.....	9
Capítulo 2 Transferências de Recursos	19
2.1 Transferências constitucionais	20
2.1.1 Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	20
2.1.2 Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados (FPEX)	21
2.1.3 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).....	22
2.1.4 Transferência decorrente da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), incidente sobre o ouro	22
2.1.5 Transferência decorrente da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) ...	23
2.1.6 Hipótese de dispensa de licitação criada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.....	23
2.2 Transferências legais	28
2.3 Transferências voluntárias	29
2.3.1 Vedações a transferências voluntárias nos três meses que antecedem o pleito eleitoral	31
2.3.2 Transferências a entidades privadas.....	37
Capítulo 3 Origem dos Recursos Destinados a Convênios	39

Capítulo 4		
Principais Veículos de Transferências Voluntárias de Recursos, Cuja Característica Comum é a Sinergia de Esforços em Prol do Interesse Público ...	41	
4.1	Contrato de gestão	42
4.2	Termo de parceria	42
4.3	Contrato de repasse.....	43
4.4	Termo de cooperação	44
4.5	Contrato de parceria público-privada.....	44
4.6	Consórcio público	44
Capítulo 5		
Convênio	49	
5.1	Concedente e convenente	51
5.2	Evolução normativa.....	52
5.3	Convênio e contrato administrativo.....	54
5.4	Formalização	58
5.5	Licitação e convênio.....	60
5.6	Chamamento público.....	62
5.7	Vedações à celebração de convênio	63
5.8	Exame prévio de qualificação e despesas administrativas	65
5.9	Fases do convênio.....	72
5.9.1	Proposição.....	72
5.9.1.1	Projeto básico e termo de referência	74
5.9.2	Celebração	77
5.9.2.1	Celebração de convênio com pendência	80
5.9.2.2	Aprovação de minuta do instrumento	80
5.9.2.3	Cláusulas necessárias	81
5.9.2.4	Publicidade	91
5.9.3	Execução.....	92
5.9.3.1	Liberação e aplicação dos recursos	98
5.9.3.2	Liberação em parcelas	99
5.9.3.3	Pagamentos pelo conveniente	100
5.9.3.4	Contratação de terceiro pelo conveniente (órgão ou entidade pública) mediante licitação.....	101

5.9.3.5	A contratação de terceiro pelo convenente (entidade privada sem fins lucrativos) mediante licitação.....	103
5.9.4	Dever de prestar contas por entidades privadas que recebam recursos públicos	108
5.9.4.1	Responsabilidade por irregularidades na execução de convênio com entidade privada	110
5.9.4.1.1	Entidade privada deve responder por irregularidade havida na aplicação de recursos repassados mediante convênio.....	115
5.9.4.1.2	O dirigente da entidade privada responde por irregularidade havida na aplicação de recursos repassados mediante convênio.....	116
5.9.4.1.3	A entidade privada e o dirigente respondem, solidariamente, por irregularidade havida na aplicação de recursos repassados mediante convênio	122
5.9.5	Prestação de contas.....	125
Capítulo 6		
	Responsabilidade	127
6.1	Controle externo e responsabilidade subjetiva	129
6.2	Responsabilidade, perante o TCU, dos órgãos e entidades públicas repassadores de recursos	131
6.3	Responsabilidade por repasse de recursos em contravenção a norma ou cláusula de convênio	144
6.4	Responsabilidade do agente público que emite parecer favorável à aprovação de prestação de contas tida como irregular	149
6.5	Responsabilidade de Estados, Municípios e Distrito Federal	150
Capítulo 7		
	Tomada de Contas Especial	161

7.1	O processo da Tomada de Contas Especial junto ao TCU	165
Capítulo 8		
	Dever de Prestar Contas	169
8.1	Responsabilidade do gestor omissão no dever de prestar contas, segundo o TCU.....	173
8.1.1	Julgado que sustenta a tese da regularidade da prestação de contas intempestivamente apresentada	182
8.2	Responsabilidade do gestor que apresenta contas em sede de recurso de reconsideração ou de revisão, com a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados	184
8.3	Irregularidade das contas e inelegibilidade do agente público.....	188
8.3.1	Apresentação intempestiva das contas, com a comprovação da regular aplicação dos recursos, e o efeito sobre a inelegibilidade do agente	190
Capítulo 9		
	Improbidade Administrativa	195
Capítulo 10		
	Conclusão.....	199